



E MAIS...

*Chamamento
à organização e
à mobilização* p. 2

*Fundo de
apoio às
eleições* p. 3

*Petistas na
Conferência
Habitat II* p. 4

*Dentista
identifica
ossada* p. 5

*Centrais
discutem
greve geral* p. 6

*África: um
continente
excluído* p. 7

Um plano somente de intenções

Programa de Direitos Humanos incidirá apenas sobre os efeitos de uma estrutura perversa

Os limites e as contradições do Programa Nacional de Direitos Humanos não devem obscurecer o significado positivo de seu lançamento como um avanço na construção democrática. Ele não contém tudo que queremos, mas tudo que ali está nós defendemos. São bandeiras históricas dos movimentos sociais, e que passam agora a integrar uma agenda político-institucional que pode – e deve – ter sua execução cobrada. O programa é fruto de uma luta empreendida pela sociedade civil.

Porém, não vamos nos iludir. O programa lançado por FHC não está articulado, como deveria, à políticas sociais que ataquem estruturalmente os fatores que induzem e realimentam as violações aos direitos humanos. Não há como acabar com os conflitos no campo sem a reforma agrária, por exemplo. Sem políticas que distribuam a riqueza, gerem empregos e valorizem a educação, o plano incidirá apenas nos efeitos de uma estrutura perversa, agravada pelas reformas neoliberais.

Outro problema está relacionado à falta de apoio da base parlamentar governista. Às vésperas do lançamento do plano, lideranças do governo armavam a derrubada do projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP), que transfere para a Justiça comum o julgamento de crimes cometidos por policiais militares – apontado pelo próprio programa como instrumento do combate à impunidade.

As limitações do plano também são graves. Trata-se mais de uma carta de intenções do que um programa propriamente dito. Ali não há referências sobre quem executará as medidas propostas. Não há datas precisas nem definição da origem dos meios e instrumentos necessários para tirar o plano do papel. Até os recursos para as indenizações das famílias dos desaparecidos políticos foram garantidas por emenda da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, pois o governo esqueceu-se de prever as dotações para fazer a lei vigorar.

Falta ainda, ao programa, as reformas das agências governamentais, como o Conselho de Direitos Humanos, a Polícia Federal, Inkra, Funai, Fundação Palmares e outras, de modo a capacitá-las ao exercício do papel relevante que teriam na execução do programa. E há também numerosas omissões de conteúdo.

O desafio que o lançamento do programa nos coloca é de trabalhar para que ele seja de fato um instrumento de mudanças e não apenas uma peça de propaganda vazia do governo FHC. Exigir prazos, preencher lacunas, fiscalizar a execução, cobrar resultados, denunciar omissões – essas são, entre outras, as tarefas de todos que lutamos para que os direitos humanos se transformassem em políticas públicas.

Deputado Nilmarlo Miranda (PT-MG) / secretário nacional de
Direitos Humanos: (061) 318.3275

Organizar, mobilizar, para construir vitórias

Há um clima novo no ar. Depois de vender tanto a imagem de democracia, de modernidade, de postura ética, o governo e as forças que o sustentam não conseguem mais tapar o sol com a peneira. Dos mais variados setores, da esquerda mais organizada até os que fizeram ardorosa campanha pró-FHC, são cada vez mais manifestos os sentimentos de descontentamento, de preocupação, de revolta. Tudo ainda difuso, de diagnóstico pouco preciso, mas trata-se de sentimento crescente, ampliado a cada nova medida que faz agravar uma crise social cujos reflexos as pessoas percebem cada vez mais perto de si.

O Diretório Nacional está propondo uma política e um calendário de mobilizações (cujo texto segue encartado nesta edição do

notícias). A CUT e outras centrais, juntamente com o Fórum de Oposições, propõem a construção de uma greve geral. Este conjunto de ações faz pleno sentido, uma vez que esse sentimento precisa encontrar canais para se expressar e se constituir num forte caudal capaz de gerar novas situações.

Nossos Diretórios Municipais, nossos núcleos de base (a quem o **notícias** especialmente se dirige) não podem e não devem apenas esperar que as coisas venham prontas, que ocorram por espontâneos movimentos.

Precisamos transformare estas orientações em ações concretas, com a sensibilidade de adaptá-las e construí-las de acordo com as características e possibilidades de cada região, de cada lugar. Precisamos sair da posição de lamento e decepção para a construção

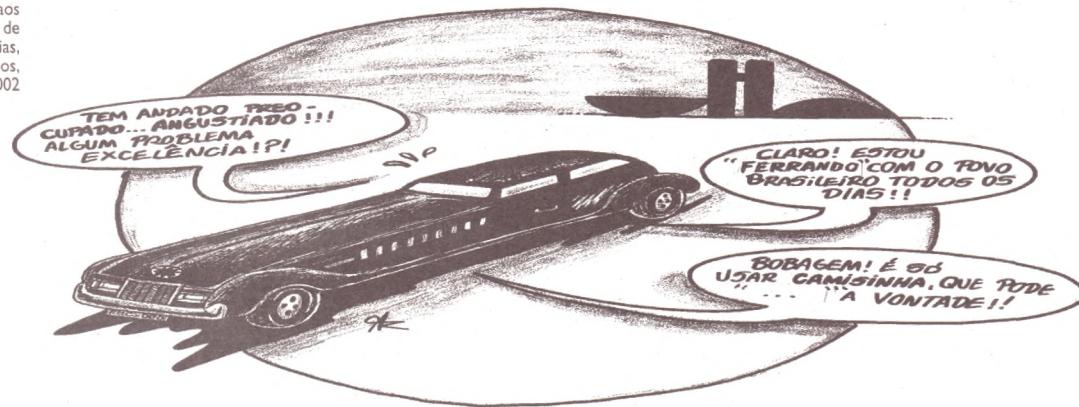
de alternativas que permitam à nossa gente expressar sua angústia, descontentamento, sua vontade de construir coisas novas.

Agora que as disputas internas baixaram de tom, é hora de forte coesão, de unidade e criatividade. Nosso **notícias**, que termina com este número seu período de gestação e nasce com cara definitiva no princípio de junho, quer ser justamente um instrumento neste processo de manter o conjunto do Partido informado, facilitando sua organização, criando condições para que retomemos com o “coração no bico da chuteira” (com a licença de nosso querido Viola) nossa ofensiva de construção de um novo jeito de se viver neste País.

Gilberto Carvalho/Secretaria Nacional de Comunicação: (011) 223.7999 ramal 230

CARTAS

Envie cartas para o **notícias PT** aos cuidados da Secretaria Nacional de Comunicação - Rua Conselheiro Nébias, 1052, Campos Elíseos, São Paulo (SP) — Cep 01203-002



notícias

Notícias PT é uma publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores — **Secretário de Comunicação:** Gilberto Carvalho/
Projeto Gráfico/DTP: Fábio Cotrim Meirelles/ **Jornalista Responsável/Edição:** Antônio Cerveira de Moura (MTb 12256)/ **Redação:** Antônio Cerveira de Moura, Marisa Lourenço, Myrian Luiz Alves/ **Coletivo da SNC:** Chico Macena, Lia Gonçalves/ **Sede:** Rua Conselheiro Nébias, 1052, Campos Elíseos, São Paulo (SP), Cep 01203-002, tel. (011)223.7999 - fax (011)222.9665/ **Impressão:** Graffis - (011) 607-65043/606-7040

PT dá exemplo de cooperação

Uma característica que diferencia o PT dos demais partidos é a busca de um desempenho nacional, partidário e unificado, nas eleições municipais.

O Diretório Nacional do PT vem investindo, desde janeiro, para garantir que todos os nossos candidatos, em qualquer parte do Brasil, tenham condições de disputar estas eleições. Foi constituído o GTE Nacional (Grupo de Trabalho Eleitoral), foi realizada a Conferência Nacional Eleitoral e já estão em elaboração diversos dos itens planejados para consolidar o apoio às candidaturas, como os que seguem:

- a) realização de pesquisas nacionais;
- b) produção de materiais de divulgação das experiências do *modo petista de governar e legislar*;
- c) produção de vinhetas e outras peças para os programas eleitorais gratuitos;
- d) produção de materiais promocionais, como bottons, estrela do PT, etc;
- e) realização de seminários (inclusive formação e capacitação) e outros eventos de caráter eleitoral;
- f) infra-estrutura do GTE;
- g) presença de dirigentes e lideranças nacionais em reuniões e comícios.

Basta fazer um cálculo, por cima, para perceber que todo este trabalho deverá custar muito dinheiro ao Partido e que cada candidatura não poderia dispor, isoladamente, de tanto respaldo para enfrentar as eleições.

Por isso, a partir de junho, todos os candidatos e candidatas a vereador e pre-

tabela I
(porcentagem)

vereador	2%
prefeito	3%

feito deverão contribuir com o FUNAM - PT (Fundo Nacional de Apoio às Eleições Municipais de 1996).

De acordo com a resolução do DN de 10/2/96, regulamentada pela CEN em 13/5/96, os recursos do FUNAM serão gastos exclusivamente em atividades de apoio à campanha municipal de 96. Para tanto, a Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento abrirá uma conta bancária exclusiva e prestará contas para todo o Partido da destinação dos recursos.

O FUNAM será constituído da seguinte forma:

- a) contribuição de pessoas físicas e jurídicas que querem apoiar o conjunto de candidaturas do PT;
- b) uma porcentagem do total arrecadado – em dinheiro ou bens – mensalmente pelos comitês de cada candidato majoritário e de cada candidato proporcional.

E mais:

1) a contribuição ao FUNAM é condição para usufruir dos serviços e produtos de responsabilidade do GTE Nacional (conforme estabelece o *compromisso eleitoral*);

2) a contribuição deve ser recolhida ao

tabela II
(piso mínimo)

nº de eleitores	piso mínimo	
	vereador	prefeito
até 5.000	5,00	8,00
5 a 10.000	10,00	15,00
10 a 40.000	20,00	30,00
40 a 100.000	30,00	40,00
100 a 250.000	50,00	60,00
+ de 250.000	80,00	100,00

DN até o dia 30 dos meses de junho, julho, agosto e setembro/96;

3) o valor da contribuição fica estabelecido mediante a combinação de uma porcentagem sobre a movimentação do comitê (incluídos os bens que o comitê recebe), com um piso mínimo que depende do número de eleitores, conforme a combinação das duas tabelas acima;

4) os depósitos devem ser feitos no **Banco do Brasil S/A**, em nome do Partido dos Trabalhadores Agência 3323-5 (Barra Funda) Rua Barra Funda, 301 - São Paulo - SP c/c nº 191919-9

5) nos municípios sem nenhuma agência bancária deve ser usado o vale postal, enviando-se o dinheiro para o Diretório Nacional do PT, Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, Rua Conselheiro Nébias 1052, Campos Elíseos - São Paulo, SP - CEP - 01203-002.

Clara Ant/Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento: (061) 223.7999 ramal 219

Entidades debatem Conferência

Nos próximos dias se tornará público o texto final da Carta da Sociedade Brasileira para o Habitat II e um Plano de Ação Alternativo aprovados na Conferência da Sociedade Brasileira para o Habitat II, realizada entre os dias 9 e 12 de maio, no Rio de Janeiro. A Conferência, marcada por forte presença dos movimentos sociais organizados, contou com a participação de cerca de 500 pessoas. Mais de 60% dos participantes representavam movimentos populares como a União dos Movimentos de Moradia, a Articulação Nacional do Solo Urbano, a Central de Movimentos Populares, entre muitos outros.

A realização da Conferência Brasileira

foi a saída encontrada por estes movimentos sociais que não puderam ver contempladas as análises e soluções para os principais problemas que afetam as populações dos grandes centros urbanos – enchentes, desmoraamentos, epidemias, poluição, favelas violência – no Plano de Ação que o governo brasileiro encaminhará à Conferência da ONU, o Habitat II, que acontece entre os dias 3 e 14 de junho, em Istambul, Turquia.

Além de um Plano de Ação Alternativo, a Conferência Brasileira debateu e aprovou um Plano de Mobilização em defesa da Reforma Urbana. O plano define atividades como: reforçar e ampliar a *Caravana*

da *Moradia a Brasília*, convocada pela União dos Movimentos pela Moradia para os dias 20 e 21 de maio; um conjunto de atividades em âmbito nacional (como ocupações, debates e seminários) para marcar o dia 3 de junho como Dia Nacional de Mobilização por Reforma Urbana e, ainda, um período de vigílias (de 3 a 13 de maio), coincidindo com a data da Conferência da ONU, “Por um Habitat Justo e Democrático”. A Pastoral da Moradia, a Central de Movimentos Populares e a União dos Movimentos por Moradia marcaram a vigília de São Paulo para o dia 6 de junho: será o “Corpus Christi dos Sem Teto”.

BH é destaque em Istambul

A Prefeitura de Belo Horizonte vai apresentar vários programas na Conferência sobre Assentamentos Urbanos, entre eles, a Política de Segurança Alimentar, que favoreceu a aquisição de alimentos de qualidade a um preço baixo pela população de baixa renda; o Projeto Alvorada, que trabalha a urbanização e regularização de favelas e o Programa Estrutural em Áreas de Risco, envolvendo ações de emergência em relação a acidentes. O prefeito petista, Patrus Ananias, realiza palestra no dia 6 de junho, tratando também o trabalho do Centro de Vivência Agroecológica.

Prefeitura de Belo Horizonte: (031) 277.4420


Angra é modelo do Rio de Janeiro

Angra dos Reis, administrada há quase oito anos pelo PT, é a única cidade do Rio de Janeiro indicada para participar da Conferência Habitat II, da ONU.

Desde dezembro de 1994, o Prosanear (Programa de Saneamento Básico da Prefeitura de Angra dos Reis) realiza obras de implantação de redes de água e esgoto tratados para atingir mais de 80% do município, dentro de uma política de saúde preventiva.

O Prosanear vai trabalhar também a despoluição da baía da ilha Grande, considerada uma das mais belas paisagens mundiais.

Prefeitura de Angra dos Reis: (0243) 65.0164



Custo: R\$ 2,20 por ligação de 90"

O U Ç A

2ª feira: a palavra dos nossos líderes no Senado e na Câmara Federal

3ª feira: mensagem do presidente José Dirceu

4ª feira: o recado dos movimentos sociais

5ª feira: a orientação da Executiva Nacional

6ª feira: a palavra de Lula

sábado: intelectuais, artistas e personalidades do PT

domingo: a história do Partido

Identificada ossada do Araguaia

Álbum de família

Depois de cinco anos, o legista Fortunato Badan Palhares, da Unicamp, com o auxílio do dentista Eiji Tanaka e do protético Benedito de Moura, identificou a ossada de Maria Lúcia Petit, guerrilheira do Araguaia, assassinada em 1972, aos 22 anos. A ossada foi retirada do cemitério de Xambioá (TO) em 1991 e levada, junto com outra, provavelmente de Francisco Chaves, para a Unicamp.

Maria Lúcia é a primeira dos 59 desaparecidos da Guerrilha do Araguaia a ser identificada. Depois das recentes revelações de um militar que esteve envolvido nas operações, um ex-guia do Exército indicou vários locais onde foram sepultados corpos de guerrilheiros. Dentro de três semanas, a Comissão Especial da Lista dos Mortos e Desaparecidos pelo Regime Militar, familiares e técnicos vão dar início às escavações.

Familiares de Carlos Marighella, líder da ALN (Ação Libertadora Nacional), assassinado em 4 de novembro de 1969, em São Paulo, pelas forças da repressão, e de Carlos Lamarca, líder do MR-8, morto no sul da Bahia, em 1971, estão entrando com pedidos de indenização pela União junto à Comissão Especial.

Clara Charf, companheira de Marighella, e Carlos Marighella Filho se baseiam em documentos, depoimentos e um novo laudo do legista Nelson Massini. Fotos encontradas na Polícia Técnica de São Paulo revelam que a morte ocorreu com um tiro à queima-roupa, no peito, desmentindo a versão oficial de troca de tiros.



Restauração feita em 1967 no segundo molar de Maria Lúcia facilitou a identificação

Sob cerco dos órgãos de repressão, Lamarca foi fuzilado quando já se encontrava em estado de inanição e impossibilitado de se defender. Reunindo novos documentos e ainda em busca de fotos da necrópsia e do laudo, César Lamarca está pedindo a exumação do corpo, que deverá ter um laudo definitivo de Massini.

O que todos esperam é que, desta vez, a história do País seja conhecida pelas novas gerações como ela realmente ocorreu. Tal como no Palmares de Zumbi, a luta por liberdade e por justiça social sempre esteve presente na história real das camadas populares brasileiras.

Suzana Lisboa: (051) 210.2637

DEBATE – Os Desafios da África do Sul: Um Novo Conceito de Transformação do Estado é o tema que vai ser tratado pelo professor Ladislav Dawbor no II Fórum-Debate da Secretaria de Relações Internacionais, dia 20 de maio, às 19h, na sede nacional do PT. **SRI: (011) 223.7999 ramal 236 (Cláudia)**

REINTEGRAÇÃO – A possibilidade de concessão de liminar em reclamação trabalhista para reintegração de dirigente sindical ficou estabelecida pela Lei nº 9270/96, proposta pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG) e já sancionada pelo Presidente da República. Com isso, o sindicalista pode permanecer no emprego até a decisão final da Justiça Trabalhista. **Deputado Paulo Delgado: (061) 318.5268**

PT NA INTERNET – Já está funcionando a home page do PT no Rio Grande do Sul. A bancada estadual e o DR estão à disposição no endereço <http://www.pt-org.br>. O Instituto Cidadania, coordenador por Luiz Inácio Lula da Silva, trabalha com o endereço InstitutoCidadania@mandic.com.br.

LULA – De 7 a 11 de maio, Luiz Inácio Lula da Silva percorreu seis cidades administradas pelo PT. Esteve pela primeira vez em Illicinea, que está com a segunda administração petista. Nas cidades por onde passou, reuniu-se com micro e pequenos empresários, fez debates com as comunidades e realizou comícios com ampla participação da população. A caravana esteve também em Pavão (Vale do Mucuri), Cruzília (sudeste do estado), Mutum e Alvarenga (Vale do Rio Doce), Resende Costa (próxima a São João Del' Rey). **Lula: (011) 915.7022**

Centrais preparam greve geral

A cobrança de sindicatos filiados à Força Sindical está forçando suas lideranças a articularem em conjunto com a CUT a greve geral defendida pelo Fórum das Oposições.

Também na CUT, sindicatos – como o dos Bancários de São Paulo – que há poucos dias manifestavam dúvidas em relação à adesão da base já dão sinais de que é preciso unificar bandeiras, como a defesa do emprego, dos direitos dos trabalhadores e aposentados e da reforma agrária.

Apesar das divergências sobre as reformas constitucionais, CUT, Força Sindical e CGT/Confederação vão tentar definir uma data conjunta para a greve ou um Dia Nacional de Manifestações. Estão aponta-

dos os dias 14 e 21 de junho. Na semana passada, Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado à Força, manifestou seu descontentamento quanto a espaço e atenção dispensados pelo governo aos líderes da Força. “Isso pode até resolver problemas de vaidade pessoal, mas não resolve os problemas do País”, desabafou.

As centrais sindicais, assim como os partidos e outras entidades do movimento social, a exemplo do MST, da Central de Movimentos Populares, UNE e UBES, estão discutindo em plenárias estaduais a organização e mobilização para a greve geral.

Secretaria Sindical Nacional: (011) 223.7999 ramal 245

PT e sindicatos apóiam ombudsman

PT, CUT e sindicatos do Rio de Janeiro e São Paulo uniram-se para apoiar o desenvolvimento do projeto Ombudsman da Mídia pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

A reunião dos especialistas, convidados pelo Fórum para elaborar a metodologia de acompanhamento da mídia durante o processo eleitoral, foi realizada no dia 13 passado, em São Paulo. Em junho deverá ser empreendida uma experiência-piloto, testando a metodologia.

Secretaria Nacional de Comunicação: (011) 223.7999 ramal 232

Caravanas à moda gaúcha

Os petistas gaúchos estão cumprindo a todo vapor a proposta de Lula, apresentada no 10º Encontro Nacional de organização de caravanas político-culturais pelo interior do País.

Cerca de 20 pessoas participam de um núcleo específico para a organização de caravanas, em conjunto com a Secretaria Regional de Organização. Cada caravana é constituída por um ônibus e carros conduzindo cerca de 40 militantes, convidados, músicos e dirigentes regionais.

Em cada cidade, são realizadas palestras setoriais, debates e visitas às vilas. Nos sábados à noite, acontecem eventos

festivos – jantar, festas, apresentações musicais. As caravanas terminam, geralmente, nos finais de tarde dos domingos.

A próxima viagem começa no dia 25, incluindo Bagé, Pinheiro Machado e mais duas cidades na região sul do estado. Em Bagé, o candidato a prefeito pelo PT é o deputado federal Luiz Mainardi.

Outra novidade são as caravanas pelo interior dos municípios. Em Encruzilhada do Sul, segundo município em extensão territorial do estado, o DM está realizando uma caravana, que vai percorrer 100 km, com as mesmas características das organizadas pelo DR.

Diretório Regional/RS: (051) 221.5533



Você não precisa ter conta no Bradesco.

Cartões PT BradescoVisa

Procure o diretório de sua cidade. Agora é ele que ganha com os cartões. Ou ligue para o Diretório Nacional: (011) 223.7999 ramal 219

Libéria: outra tragédia africana

Mais uma tragédia da África, das muitas existentes, aparece nas páginas dos jornais, não pelo que são em si mesmas e pelo que representam no contexto internacional, mas porque um fato particular ultrapassou todos os limites. Cerca de 3.350 liberianos, em dois barcos, fogem da guerra fratricida em seu país e não encontram qualquer lugar que admita abrigá-los.

A África Negra é o exemplo maior das áreas descartadas pelo sistema econômico transnacional (a economia globalizada) e, conseqüentemente, pelas políticas dos mais diversos países. Ao mesmo tempo, mostra em toda a sua extensão a indife-

rença de pessoas e nações, gerada pela *quotidianização* da violência.

O rompimento da aliança de poder entre a burguesia comercial, constituída pelos ex-escravos retornados dos Estados Unidos, e algumas etnias locais, provocou em 1989 a explosão de antigos ódios étnicos na Libéria, resultando numa sangrenta guerra civil. Só agora, com os quase três milhares e meio de famintos em busca de um refúgio negado, o mundo se apercebe do horror que acontece nesse pequeno país africano.

Mais de 150 mil mortes já ocorreram – e muitas continuam a ocorrer diariamente – no que foi por muito tempo um

paraíso fiscal para as empresas de navegação. Entretanto, pouca ou nenhuma atenção recebeu da imprensa internacional e dos governos, de modo igual ao que ocorre em vários outros pontos desse continente, como Angola e Ruanda (um milhão de mortos em cada um deles), Burundi (150 mil mortos), Somália, Etiópia, Uganda...

Da mesma maneira que o mundo faz vistas grossas ao genocídio promovido pela Indonésia contra o povo maubere, com mais de 300 mil mortos em 20 anos de ocupação do Timor Leste.

Secretaria de Relações Internacionais: (011)
223.7999 ramal 236

Esquerda avança na Índia

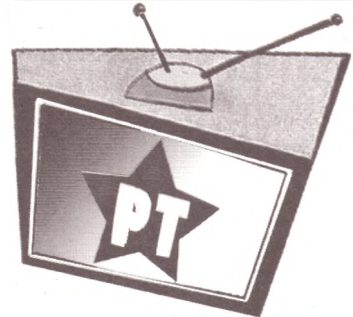
O resultado das eleições na Índia, demonstrando a força dos nacionalistas *orthodoxos* hindus, colocou em risco a tradição laica que, desde sua independência, o Partido do Congresso – agora a terceira força política – consolidou nesse país.

Atualmente, os partidos reunidos na coalizão laica Frente Nacional - Frente de Esquerda – a segunda força no novo Parlamento – estão determinados a impedir que o Partido do Povo Indiano (Bharatiya Janata – BJP) consiga apoio suficiente para formar governo. O partido socialista Janata Dal, com o maior número de deputados na FN-FE, pretende constituir uma coalizão de governo

com o Partido do Congresso, se o BJP não conseguir o voto de confiança.

O Partido Comunista Indiano-Marxista (CPI-M), que elegeu 43 parlamentares, se recusa a fazer parte de um governo com o Partido do Congresso, colocando em risco uma estratégia que está sendo desenhada com muita dificuldade para forjar uma alternativa secular democrática. Porém, as últimas declarações de porta-vozes do CPI-M, afirmando “sua integral contribuição a todos os esforços para manter o BJP fora do poder,” apontam para o apoio parlamentar à possível coalizão e permitem manter acesa a esperança. O cenário, porém, permanece instável.

PT na TV



Programa Nacional
20 de junho

Programas Estaduais
10 de junho

- **20 e 21 de maio** – 7ª Caravana da Moradia a Brasília, com a presença do presidente nacional do PT, José Dirceu
- **21 de maio** – Movimento pela Ética na Política: relançamento nacional. São Paulo, Faculdade de Direito da USP (Largo São Francisco), 18h
- **21 a 24 de maio** – Seminário Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal. Brasília
- **24 de maio** – Plenária Estadual de Mobilização do Maranhão

- **24 e 25 de maio** – Seminário *Modo Petista de Governar*. Ronda Alta (RS)
- **junho** – Etapas preparatórias da X Conferência Nacional de Saúde. Todos os estados
- **1º a 8 de junho** – PT na TV: spots nacionais
- **2 de junho** – Prazo final para encaminhamento ao DN das decisões dos DR sobre as coligações fora da política de alianças
- **3 a 14 de junho** – II Conferência Mundial Sobre Assentamentos Urbanos - Habitat II. Istambul, Turquia

- **5 a 9 de junho** – Coordenação Nacional de Entidades Negras: reunião de planejamento. Salvador (BA)
- **10 de junho** – PT na TV: programas estaduais
- **10 de junho** – Lançamento da campanha *Juventude Sem Medo de Mudar*
- **14 a 16 de junho** – Conferência Estadual Eleitoral do Rio de Janeiro. Uerj
- **15 de junho** – Plenária Estadual de Negros e Negras Petistas. São Paulo, Sindicato dos Químicos, 9h

**Plano Nacional de Emergência
Calendário de mobilização****Maio**

- **até 31** – Plenárias Regionais de Mobilização
- **21** – Fórum do ITR: apresentação de documentos sobre a sonegação do Imposto Territorial Rural
- **de 27 a 30** – Grito da Terra Brasil: principais mobilizações

Junho

- **25** – Dia do Trabalhador Rural

Agosto

- **12** – Tribunal da Terra (PUC-SP)

noptícias

SEMANÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL



Rua Conselheiro Nébias, 1052, Campos Elíseos, São Paulo (SP) – Cep 01203-002

IMPRESSO

Plano Nacional de Emergência

Para enfrentar a grave situação social atravessada pelo País, o Diretório Nacional do PT, reunido em São Paulo nos dias 4 e 5 de maio de 1996, decide propor a toda a sociedade brasileira, autoridades e instituições públicas, em particular executivos e parlamentares que militam no Partido dos Trabalhadores, bem como entidades sindicais e populares, o seguinte **Plano Nacional de Emergência**:

I - AÇÃO PARLAMENTAR

A partir da ação da bancada petista, coordenada por suas lideranças no Congresso, desenvolver junto às demais bancadas parlamentares táticas capazes de garantir a aprovação em regime de urgência dos projetos de lei considerados prioritários para este Plano Nacional de Emergência, relacionados abaixo.

São os seguintes os projetos de lei que compõem este Plano Nacional de Emergência:

1 - Projeto de lei que estabeleça o rito sumário para as ações desapropriatórias com vistas à Reforma Agrária;

2 - Projeto de lei que discipline o despejo no campo garantindo o acompanhamento da procuradoria pública em todas suas etapas;

3 - Projeto de lei que garanta o julgamento de policiais militares através da justiça comum;

4 - Projeto de lei que regulamente a defesa do emprego, disponha sobre a proteção contra a demissão imotivada e esta-

beleça medidas e incentivos para a geração de empregos;

5 - Projeto de lei que institua em todo o país o regime de renda mínima.

6 - Projeto de reforma da Previdência capaz de sanear o sistema previdenciário nacional ao mesmo tempo que signifique avanços nas conquistas sociais do trabalhador brasileiro;

7 - Projeto de lei que institui o valor de 180 reais para o salário mínimo;

II - AÇÃO SOCIAL

A partir da mobilização de todas as instâncias partidárias, DRs e DMS, parlamentares, governadores e prefeitos petistas, chamar a comunidade através de todos os meios disponíveis, em especial através de representações sindicais e populares sob influência petista, a desencadear em nível nacional ampla campanha de mobilização e lutas com os seguintes objetivos:

1. Geração de Emprego - exigir do governo federal a formulação de políticas capazes de promover o crescimento econômico nacional, fomentar os programas habitacionais e a pequena e média empresas, visando sempre a geração imediata de empregos;

2. Assentamento de sem-terra - exigir do governo federal o assentamento imediato das 37 mil famílias de trabalhadores sem-terra atualmente acampados em todo o País;

3. Apuração das chacinas - Exigir das autoridades a apuração imediata das responsabilidades pelas chacinas cometidas contra

trabalhadores sem-terra, em especial do massacre de Eldorado do Carajás, bem como das demais chacinas ocorridas nos últimos meses tanto no campo quanto na cidade;

4. Reajuste do Mínimo - exigir das autoridades reajuste do salário mínimo que, além de repor as perdas inflacionárias, seja capaz de iniciar um consistente projeto de recuperação de sua capacidade aquisitiva.

III - AÇÃO PARTIDÁRIA

Com o objetivo de viabilizar este Plano Nacional de Emergência, o Diretório Nacional decide desencadear o seguinte projeto de mobilização partidária:

1. Plenárias Regionais - conforme sugestão da Plenária Nacional de Mobilização, realizada em abril, em São Paulo, realizar em todos os estados da Federação, ainda no mês de maio, Plenárias Regionais de Mobilização capazes de organizar e engajar o Partido nas mobilizações políticas propostas neste Plano Nacional de Emergência; estas plenárias devem ser programadas sem prejuízo dos Encontros Municipais, programados para este mês e devem resultar também na conjugação de nossas táticas eleitorais e de nossa mobilização;

2. Greve Geral - por meio dos Diretórios Regionais e das Plenárias Regionais de Mobilização colocar o Partido de forma unitária e nacional no apoio à organização de uma greve geral que está sendo proposta pelo movimento popular e sindical;

3. Grito da Terra - através dos DR e Plenárias Regionais organizar a participa-

ção do PT, em cada município do País nas iniciativas do Grito da Terra programados pelo Fórum da Reforma Agrária para a segunda quinzena de maio, conforme calendário de mobilização anexo;

4. A exemplo do Fórum Nacional das Oposições, criar nos Estados e Regiões fóruns estaduais e regionais das oposições, chamando partidos, organizações progressistas, entidades sindicais e populares a organizarem-se com o objetivo de ajudar a promover a greve geral bem como sustentar as bandeiras prioritárias do Fórum das Oposições, a luta por Reforma Agrária já, mais empregos e punição aos responsáveis pelos massacres;

5. Realizar em todos os níveis encontros com formadores de opinião com o objetivo de informar e ajudar a formar uma opinião pública favorável às propostas definidas neste Plano Nacional de Emergência;

6. Garantir a presença dos principais dirigentes partidários no dia 9 de maio na Comissão Geral da Câmara dos Deputados, que debaterá o massacre de Eldorado do Carajás; garantir o convite a Brizola, Arraes, parlamentares petistas (estaduais e municipais) e demais lideranças do Fórum das Oposições, para participarem do evento;

7. A CEN organizará reunião com as direções da CUT, MST, OAB, CNBB, CMP, para expor e unificar calendário e esforço concentrado;

8. Aprovar recursos para viabilizar viagem de um companheiro do DN para a região de Eldorado do Carajás, para elaborar, juntamente com os companheiros do PA (DR, parlamentares, líderes do MST na região) um completo dossiê a ser editado sob a forma de um livro branco, com todos os

depoimentos que se puder obter sobre o massacre de Eldorado;

9. A direção nacional do PT vai solicitar a todo o Partido informações para produzir o Inquérito da Impunidade em todo o território nacional, um amplo levantamento de todos os crimes cometidos neste país nos últimos anos; são cerca de 3 mil vítimas sem que até hoje haja um só assassino na cadeia; este levantamento deve estar pronto em dois meses, para ser enviado ao tribunal da terra, agendado para a PUC/SP para 12/8;

10. Orientar os governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores petistas para que apresentem moções de repúdio e enviem telegramas de protesto pela aprovação dos “três projetos de lei” (enviando cópia ao DN);

11. O PT, associado a outras entidades, editará um “folhetão”, com muitas fotos, contando a história do massacre para ampla distribuição popular;

12. O PT orientará seus núcleos no exterior, a dar continuidade às manifestações frente às embaixadas do Brasil, articulando a denúncia contra o massacre e em favor da Reforma Agrária;

13. O PT editará uma publicação que popularize os projetos de lei do Partido que compõem este Plano Nacional de Emergência;

14. A Secretaria Agrária Nacional editará uma publicação que popularize os três projetos de lei que compõem este Plano relativos à questão agrária;

15. O PT articulará junto ao MST a construção de um monumento em memórias das vítimas do massacre de Eldorado do Carajás, com projeto de Oscar Niemeyer, e proporá aos governos municipais e estaduais petistas a construção de monumentos semelhantes para registrar a responsabilidade dos atuais governantes pela violência no campo.

Plano Nacional de Emergência

Calendário de mobilização

Maio

• até 31 – organizar, em todos os estados, Plenárias Regionais de Mobilização

• 13 – reunião do Fórum das Oposições

• 15 – lançamento do Grito da Terra Brasil

• 17 – mobilização pelo 30º dia do Massacre de Eldorado: lançamento do projeto de Oscar Niemeyer para o monumento do massacre

• 21 - Fórum do ITR (Imposto Territorial Rural): apresentação de documentos sobre a sonegação

• de 27 a 30 – Grito da Terra Brasil: principais mobilizações

Junho

• Caravana Carajás, promovida pelo Instituto Cidadania

• 25 - Dia do Trabalhador Rural

Agosto

• 12 - Tribunal da Terra (PUC-SP)

O PT E A CONJUNTURA

[Diretório Nacional do PT de 4 e 5 de maio de 1996]

A situação política nacional sofreu pequenas, mas significativas, modificações nas últimas semanas.

Há algum tempo vêm surgindo na imprensa, e não apenas na oposição, críticas ao governo, centradas na denúncia dos elevados custos sociais de sua política econômica e nas práticas fisiológicas que usa para ampliar sua base.

Apesar do abafamento do escândalo do SIVAM e da violência com que o governo enfrentou a proposta da CPI dos Bancos, generalizou-se um mal-estar, inclusive na base social do governo, em relação à opção preferencial pelos ricos que cada dia marca mais a presidência de FHC.

O governo alega não dispor de recursos para assentar famílias sem-terra, conjurar a dramática situação da saúde pública no país e enfrentar múltiplas situações emergenciais da crise social, mas transfere mais de 15 bilhões de reais para bancos falidos, federaliza a dívida de 3 bilhões da Prefeitura de São Paulo e joga outros 2 bilhões para securitizar débitos de fazendeiros.

Recentemente, ao mesmo tempo em que enviava para o Congresso a perversa MP do salário mínimo e das aposentadorias, o governo facilitava a vida de banqueiros falidos e corruptos, aprovando no Conselho Monetário Nacional o acesso do Nacional, Econômico, Banespa, entre outros, à Carteira de Redesconto Nacional. Tal fato evidencia o desprezo governamental pelas ques-

tões sociais e seu compromisso com o setor financeiro.

O massacre de trabalhadores sem terra no sul do Pará expôs ao país e ao mundo – como se ainda fosse necessário mais – a incapacidade total do governo de enfrentar a questão da Reforma Agrária que, demagogicamente, FHC incluiu em seu programa eleitoral. Ficou ainda mais explícito o conluio entre fazendeiros, governos de estado e Polícias Militares e o papel, dentro delas, dos “serviços reservados” encarregados da espionagem e repressão políticas. As responsabilidades do Presidente da República e do seu Ministro da Justiça são evidentes, na medida em que, alertados para estes acontecimentos, têm-se omitido totalmente.

Finalmente, o reajuste de 12% do salário mínimo e de 15% das aposentadorias, antes apontado, mostra que o arrocho passa a ser – junto com a sobrevalorização cambial, a abertura selvagem da economia e as elevadas taxas de juros – uma das peças essenciais da estabilidade monetária, único tema que mobiliza efetivamente o governo.

A resposta governamental à comoção nacional e internacional provocada pela execução dos sem-terra em Eldorado do Carajás foi, além das “providências” de sempre, uma pífia e demagógica reforma ministerial.

O Ministério da Indústria e Comércio foi entregue a um representante da direita econômica. Um fazendeiro do PTB vai para o Ministério Extraordinário da Agricultura. Cria-se um Ministério da Reforma Agrária, sem que sejam

adotadas medidas efetivas para reverter a situação do campo brasileiro. Preocupado com a voracidade crescente de sua base parlamentar, que cria situações de instabilidade para seus projetos, FHC inventa um ministro extraordinário para a negociação com o Congresso. Nomeia um conhecido áulico do poder – forma elegante de designar a um puxa-saco – para implementar de forma mais sistemática a política do “é dando que se recebe”, que tem marcado a conduta do Executivo nos últimos meses.

Este conjunto de acontecimentos pode permitir uma mudança na conjuntura, revertendo a situação de defensiva em que se encontram as oposições. Esta possibilidade não está, contudo, inscrita na ordem natural das coisas. Para que ocorra uma efetiva alteração do quadro nacional e da correlação de forças são necessários não só a plena compreensão do que está em jogo hoje no país, como uma mudança de qualidade dos principais movimentos sociais do país e na atuação dos partidos de oposição, particularmente do PT.

1O Governo Fernando Henrique prossegue em seu propósito de levar adiante uma *grande transformação conservadora* por meio da qual pretende criar uma alternativa ao nacional-desenvolvimentismo implantado nos anos 30 e em crise desde fins dos 60 e inícios dos 80.

Para atingir este propósito, FHC abandona não só um certo tipo de Projeto (nacionalista-desenvolvimentista) como a idéia mesma de que devamos ter um outro Projeto Nacional.

Esta renúncia reflete uma maneira de perceber o fenômeno da “globalização” e o quadro mundial posterior à desagregação da União Soviética e ao fim da “guerra fria”.

A despeito de algumas peças retóricas presidenciais, que buscam sofisticar a análise, e são destinadas para o consumo externo, como o discurso no Colégio do México, o governo se comporta em realidade como se o Brasil não tivesse outra alternativa senão integrar-se **de forma subordinada** em uma suposta *nova* ordem mundial, sobre cuja estabilidade surgem cada vez mais dúvidas, inclusive nos grandes centros capitalistas.

A enorme **instabilidade financeira internacional**, agravada pela ausência de mecanismos nacionais e/ou supranacionais de controle da grande nuvem de capitais especulativos que paira sobre os mercados de todo o planeta, lança profunda incerteza sobre o futuro da economia mundial.

O incremento do comércio internacional, combinado com o acirramento da concorrência e com uma revolução tecnológica sem precedentes, tornam obsoletos sistemas produtivos nacionais ou regionais inteiros.

Aprofunda-se o **desemprego**, um fenômeno já não mais associado aos ciclos recessivos, mas hoje ligado aos novos padrões de expansão da economia capitalista. Junto com o desemprego, acentua-se a **exclusão social** na periferia e no centro da economia mundial.

Ao invés da busca efetiva e consistente de alianças com países que, como

o Brasil, sofrem os efeitos da globalização, ou de explorar as contradições Estados Unidos/União Européia, a “diplomacia presidencial” aponta para um alinhamento cada vez mais incondicional do Brasil frente aos Estados Unidos. Por isto a pressa em votar a Lei de Patentes e o empenho presidencial no escandaloso contrato do Sivam.

As resistências a um alinhamento total com os Estados Unidos, como na questão da integração continental (ver a posição do Itamaraty em Cartagena contra a estratégia norte-americana de “anexação” dos países pelo NAFTA) são cada dia menores e tendem a inaugurar uma nova (e subordinada) política externa.

2 Com anos de atraso, o Brasil adota as diretrizes econômicas básicas do “Consenso de Washington” que prega a abertura selvagem da economia e a desregulamentação e/ou “flexibilização” de todos os mercados – do financeiro ao de trabalho – para permitir uma nova inserção (subordinada) no mundo.

Por ser tardio, o neoliberalismo brasileiro tem conseqüências mais complexas: exacerba manifestações destrutivas na esfera econômica (desindustrialização, quebra de empresas, novo desemprego estrutural) e na esfera sócio-política (onde tende a desarticular a sociedade organizada, particularmente os movimentos populares, a impedir a intervenção do Estado como agente de desenvolvimento e a abortar um incipiente Estado Social, com o abandono prático, por exemplo, do conceito de seguridade social).

Finalmente, o caráter tardio do

neoliberalismo brasileiro, por encontrar resistências de movimentos sociais com consideráveis níveis de articulação, tende a enfrentar-se mais duramente com os sindicatos e organizações populares, combatendo greves e reprimindo iniciativas da sociedade.

O governo renunciou a qualquer política industrial ou agrícola. Em conseqüência, carece de política de ciência e tecnologia. Seu horizonte estratégico é a inserção (subordinada) em um mundo “globalizado”.

Opera como se a desestruturação empresarial que está produzindo possa ser resolvida simplesmente pela ação do mercado.

Da mesma forma, não possui políticas sociais ativas (nem mesmo as “compensatórias” da Comunidade Solidária, que não saíram do papel). Ao deixar ao “mercado” a resolução das questões do emprego e dos salários, contribui em realidade para o aumento do desemprego/precarização e do arrocho.

Persegue obsessiva e exclusivamente, como recomenda o **Consenso de Washington**, a estabilidade monetária, considerada como condição *sine qua non* para uma inserção competitiva no mundo, outro tema transformado em valor fundamental.

Para tanto, adotou um conjunto de políticas que aprofundam a desestruturação econômica e social da nação:

* **sobrevalorização cambial**, que facilita a importação de produtos estrangeiros e dificulta nossas exportações, contribuindo para a degradação do comércio exterior, a recessão, des-

industrializando definitivamente muitos ramos, e para o desemprego;

* **taxas de juros elevadíssimas**, para atrair capitais internacionais (a maioria de curto prazo), o que obriga o governo a emitir títulos, agravando ainda mais a crise fiscal.

A acumulação das dívidas interna e externa produz um quadro dramático que tem entre outras as seguintes consequências:

- Dívida mobiliária federal: 127 bilhões de reais, em março de 1996.
- Déficit nominal do setor público: aproximadamente 40 bilhões de reais, em dezembro de 1995.
- Dívida pública estadual: superior a 100 bilhões de reais, em dezembro de 1995.
- Inadimplência do Banco do Brasil: 20 bilhões de reais.
- Banespa e outros bancos estaduais: 17 bilhões de reais.

O crescimento acelerado da dívida pública e os desequilíbrios das contas externas, agravados pela deterioração do comércio exterior, são dificilmente compensados por uma entrada de capitais, a maioria de curto prazo.

Estes são atraídos pelas altas taxas de juros que, ao mesmo tempo, obrigam o governo a emitir novos títulos. Tal espiral pode conduzir o Brasil a uma situação semelhante a que o México viveu em dezembro de 1994, como indicam cada vez mais publicações especializadas.

3A outra cara deste neoliberalismo tardio é uma forte tendência autoritária.

Ao invés de propor mudanças em

nosso distorcido sistema político e aprofundar a democracia no país, o governo tende a reforçar os traços mais autoritários e perversos do Estado brasileiro, no mesmo momento em que, ironicamente, fala de sua reforma.

Antonio Carlos Magalhães disse alto o que FHC pensa baixo: “a democracia é para dizer sim ao presidente da República”.

O Congresso Nacional se transformou em mero apêndice do Palácio do Planalto: só vota as medidas provisórias e os vetos em relação aos quais há consenso.

A Câmara é imperialmente dirigida por Luís Eduardo Magalhães, que fixa a pauta sem consulta ao Colégio de Líderes, e impõe o rolo compressor da violação do Regimento Interno, quando não a ameaça de mudar de vez o R.I., ao sabor dos interesses da maioria atual, para silenciar de vez as oposições como ocorreu nos episódios da CPI dos Bancos e da reforma da Previdência.

A reforma constitucional em curso teve até agora pequena incidência sobre uma mudança estrutural do país.

Não por acaso a **reforma Tributária** não foi até agora proposta, apesar de ser um tema prioritário. O debate desta questão previsivelmente fará implodir a atual base de sustentação do governo, se o projeto contiver um mínimo de medidas de justiça tributárias.

A maioria que se formou no Congresso, supostamente articulada em torno de um ideário de **modernização** do País, reúne, em realidade, o que há de mais **arcaico** neste país.

Esta maioria não tem idéias, mas interesses.

Ela só se torna homogênea quando se trata de golpear os interesses dos trabalhadores e desarticular o sistema produtivo nacional construído durante décadas com enormes sacrifícios da nação, especialmente dos pobres.

O verdadeiro alcance das pseudo-reformas até agora votadas é passar um atestado de bom-comportamento do governo junto aos círculos financeiros internacionais dos quais estamos cada dia mais dependentes.

Na falta de idéias, e buscando agregar interesses, o governo se dedica à mais desavergonhada compra de votos, cujo custo elevado é pago por toda a Nação. Enquanto isto, prega-se a austeridade.

Ao mesmo tempo em que propugna um Estado-mínimo, no qual a maioria das funções atuais serão substituídas pelo mercado, a ideologia neoconservadora oriunda do “Consenso de Washington” defende a existência de um presidente-forte, dotado de um longo mandato para cumprir integralmente sua “obra”.

Daí porque o tema da **reeleição** se transformou em prioridade da agenda política governamental.

Mas nisto o tucanato não é original. Segue os passos do continuísmo partidário mexicano ou do reeleccionismo peruano ou argentino, tese que já começa a ser defendida também no Uruguai.

A complexa crise fiscal do Estado brasileiro (União, estados e municípios) transformou a Federação em uma ficção. A maioria dos estados e grande

parte dos municípios importantes vive hoje sob uma intervenção federal branca. Afogada em dívidas que crescem exponencialmente em função da alta taxa de juros, grande parte dos governadores e prefeitos se transformam em reféns do poder central. Em troca da renegociação de suas dívidas, governantes estaduais e municipais são compelidos a processos de privatização forçados, a demissões massivas, usando como pretexto a existência de um punhado de “marajás”. Compromete-se com isto ações sociais—como as do SUS— que estão cada vez mais situadas na esfera local.

Uma nova “política de governadores” aparece: em troca de pressões sobre os parlamentares dos estados para votar com o governo no Congresso, o Executivo libera a conta-gotas migalhas para tapar buracos orçamentários.

Para a atual maioria, a oposição parlamentar e, sobretudo, social é **disfuncional**, a menos que se mantenha nos limites do “bom-comportamento”.

A ofensiva contra os sindicatos, evidenciada na repressão aos petroleiros (condenada pela Organização Internacional do Trabalho) é expressão desta vocação totalitária, de quem não aceita nada fora do “**pensamento único conservador**” que guia os atuais donos do poder.

Expressão desta intolerância é a arrogante desqualificação intelectual e política de todas as manifestações oposicionistas. Os sem-terra “não sabem o que dizem”, os sindicatos, o PT e outras forças da oposição são “despreparados”, “arcaicos”, “dinossauros”, a esquerda é “burra”.

Para o governo, a oposição, ou não tem alternativa (e por isto rejeita a realidade) ou produz alternativas utópicas. Ou seja, ora nega-se, ora desqualifica-se a existência da oposição.

A democracia se resume em dizer SIM ao presidente da República.

4 Apesar de crescentes indícios de repúdio a este estado de coisas – na sociedade e em alguns formadores de opinião – a situação em que se encontram os movimentos sociais e a oposição política ainda é basicamente defensiva.

A reestruturação selvagem da economia, com suas seqüelas de desemprego e exclusão, afeta a combatividade dos sindicatos e dos movimentos sociais, podendo vir a produzir em um futuro não muito distante reações incontroladas.

Os sem-terra mantém acesa a chama da reforma social, banida do ideário governista, e tentam estabelecer laços entre sua luta específica e o combate mais geral por uma sociedade mais justa.

Os sindicatos, algumas vezes, demonstram perplexidade e reagem freqüentemente de forma corporativa.

Mas a negatividade que este “corporativismo” traduz, longe de se constituir em um fenômeno condenável, expressa uma reação natural – às vezes a única possível – de amplos setores da sociedade em defesa de conquistas logradas com muita luta durante décadas e hoje fortemente ameaçadas.

Ao invés de ser condenado, este “corporativismo” deve ser entendido como o ponto de partida para uma retomada mais global e abrangente da iniciativa popular.

As esquerdas, e o PT em particular, vivem não só os efeitos da derrota eleitoral de 1994, que representou uma frustração das expectativas de milhões de brasileiros, como uma crise mais profunda de referenciais que tem de ser enfrentada de forma paciente, corajosa e desassombrada.

Os efeitos desta crise não podem ser, no entanto, magnificados.

O Partido dos Trabalhadores não é órfão do socialismo burocrático, emblematicamente derrotado com a queda do muro de Berlim e o fim da URSS.

Nascemos combatendo este paradigma, quando muitos de seus defensores estavam abrigados na frente oposicionista que se opunha à ditadura militar.

Não somos tampouco viúvas da social democracia.

Quando surgimos, este projeto já mostrava seus limites históricos, teóricos e políticos.

Menos ainda podemos nos considerar órfãos do nacional-desenvolvimentismo.

Sempre dissemos – e reiteramos enfaticamente no Programa de Governo de Lula-94 – que este modelo de desenvolvimento, apesar de ter sido responsável pelo extraordinário crescimento da economia brasileira durante décadas, foi ao mesmo tempo concentrador de riqueza, renda e poder.

Combatemos, em particular, o Estado autoritário que foi capaz de gerar e, defendemos, teórica e praticamente, sua democratização através de seu controle pela sociedade, como o demonstram nossas administrações municipais e estaduais, em particular as experiências de

orçamento participativo.

Por esta razão propusemos um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento que articulasse a construção nacional com o combate à exclusão social, o principal desafio que nosso País enfrenta. Ao mesmo tempo, enfatizamos que esta nova alternativa não poderia ser obra das elites que até hoje governaram.

A nova proposta econômica e social exige um novo bloco histórico de forças sociais comprometidas com as idéias de desenvolvimento, igualdade social e democracia.

O ideal democrático que propugnamos não nega os mecanismos da democracia representativa, mas exige novas formas de democracia participativa na qual os milhões de brasileiros excluídos **de fato** do sistema político tenham vez e voz. Mais que isto: sejam protagonistas. Para isto nasceu o Partido dos Trabalhadores. Disto depende sua continuidade no futuro.

O PT não tem porque “suar o calor alheio”, aceitando as caricaturas que lhe querem impor ou paralisando-se com falsos debates internos, que apenas reproduzem velhas discussões doutrinárias, sem nenhuma significação no mundo em que vivemos.

Os grandes desafios que temos estão no futuro e são bem maiores do que muitas de nossas querelas passadas ou dos choques mesquinhos que por vezes nos paralisam.

Exausta por anos de inflação e recessão, a maioria do País, incluindo amplos setores populares, votou em 1994 por um programa de estabilização mone-

tária que lhe parecia corrigir as distorções históricas de nossa sociedade.

Tivemos o mérito, naquela ocasião, de denunciar, ainda que ficando contra a corrente, as falácias da política anti-inflacionária proposta. Mais ainda: não seremos responsabilizados no futuro por não termos advertido o País sobre o potencial destrutivo—econômico, social e político—do Programa de FHC, sobretudo tendo em vista a aliança política que o sustenta.

Faltou-nos a sensibilidade necessária para compreender o peso que tinha sobre o conjunto da sociedade o tema da inflação, apesar de outros exemplos latino-americanos.

Mas faltaram-nos, sobretudo, a força e os meios para demonstrar que, por detrás da proposta de estabilização monetária, estava um gigantesco projeto de desconstrução nacional e social, com um perigoso potencial autoritário.

Tudo isto indica que **o PT tem de retomar, de forma qualificada e decidida, sua elaboração de um novo projeto nacional de desenvolvimento**, tarefa sumamente difícil, mas inadiável, sobretudo tendo em vista o novo quadro internacional e as profundas modificações econômicas, sociais e culturais por que passa o Brasil.

Ao PT e às forças populares está reservada uma gigantesca tarefa de **invenção política**, que produza e, sobretudo, **torne visível** que as esquerdas têm uma alternativa de poder capaz de realizar a grande reforma social e política de que este país necessita.

Mas a história do PT ensina que este

novo Projeto Nacional de Desenvolvimento não será o resultado apenas, nem principalmente, de um processo de elaboração intelectual, realizado por uma minoria iluminada em seus gabinetes.

A alternativa deve ser entendida como um **processo social** capaz de alterar a atual agenda política do País, colocar as boas questões em debate e desmascarar a incapacidade das velhas elites (e de seus sócios “modernos”) de realizar as reformas que o País exige.

Este processo não será somente resultado de lutas nacionais, mas envolve uma mobilização mundial, sobretudo em nossa América, de crítica e ação política propositiva.

Por esta razão, as ações que desenvolvemos junto com outras forças socialistas, democráticas e populares do continente e de outras partes do mundo assumem um caráter fundamental.

5A reversão da atual situação de defensiva e a retomada da iniciativa política exige uma tática lúcida e muita vontade política. Pela sua magnitude, não é tarefa para um só partido - sem que desconhecamos as responsabilidades que nos competem - mas para uma ampla frente de forças sociais e políticas.

Apesar de nossa avaliação sumamente negativa sobre os desdobramentos da situação econômica e social, devemos evitar construir nossa intervenção política a partir da hipótese de que o modelo atual está à beira de um colapso.

O agravamento da atual situação do País, especialmente uma possível de-

gradação econômica e social, não nos transformará automaticamente em alternativa. Ao contrário, pode contribuir mais ainda para nosso isolamento, na medida em que as principais vítimas de uma catástrofe serão obviamente os setores mais desprotegidos que representamos.

Devemos evitar, assim, uma postura **catastrofista**.

Não podemos apostar no “quanto pior melhor”. Esta atitude – incompatível com um partido político com vocação de poder – pode nos levar a duas atitudes simetricamente opostas.

Por um lado, arriscamos ficar paralisados, limitando-nos a um discurso de denúncia, na esperança de que a crise venha e que “o povo” reconheça no PT aquele que sempre esteve a seu lado.

Por outra parte, uma visão catastrofista pode nos levar a outro tipo de

paralisação, se chegarmos à (falsa) conclusão de que, diante do quadro internacional atual, não há nada a ser feito além da mera resistência, pois toda a tentativa de construir uma alternativa política nacional não passa de veiledade absolutamente inútil, diante do terrível quadro criado pela globalização.

Com toda a importância que tem a reflexão sobre o novo e difícil quadro internacional, não podemos aceitar que a política seja simplesmente **deduzida** de uma análise teórica. Política e teoria não podem ser separadas, mas uma não se reduz à outra.

6 Uma oposição consistente e eficaz, capaz de abrir caminho para uma ofensiva futura e para a construção de uma alternativa mais global, passa pela definição dos pontos *visivelmente* frágeis da política governamental, que nos permitam definir uma linha de inter-

venção sobre *esta conjuntura*, acumular forças e criar um bloco de forças sociais e políticas.

Passados 16 meses do início do governo FHC é **visível** sua incapacidade de resolver os problemas da **terra, emprego e salários** e de enfrentar, minimamente, os desafios da chamada **dívida social**. A crise do Programa Comunidade Solidária exemplifica bem esta incapacidade.

Por outro lado, é igualmente **visível** sua **opção preferencial pelos ricos** e os prejuízos que a política governamental traz para setores da indústria e do comércio.

Com base nesta análise, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores adotou resolução sobre o Plano Nacional de Emergência, como forma de orientar a ação partidária na atual conjuntura.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
São Paulo, 5 de maio de 1996

noptícias

ESTÁ SAINDO EM FASE EXPERIMENTAL. EM JUNHO SAI OFICIALMENTE COM VENDA DE ASSINATURAS.

Procure a Secretaria Nacional de Comunicação
Rua Conselheiro Nebias, 1052, Campos Eliseos,
São Paulo (SP) - Cep 01203-002
(011) 223 7999 - ramal 230

noptícias

Nº 7 - ano 1 - maio 1996 SEMANÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL

Dia de denúncia contra o racismo

As elites põem em prática projetos conservadores que recriam o racismo na ordem do dia

O Brasil é um país que, fora da África, concentra a maior população negra. É também onde os negros têm o menor acesso a bens de consumo e serviços sociais. Constitui a maioria dos pobres e miseráveis do país e do mundo. Sobrevivem com atividades de baixa remuneração e subemprego, morando em assentamentos e favelas, sem acesso a educação de qualidade, saúde e esportos, à margem da sociedade.

O termo **gênesis** é o que mais se aproxima da realidade brasileira que se encontra o Brasil. As elites põem em prática projetos conservadores, que recriam o racismo na ordem do dia, quer pela manutenção do sistema de privilégios para os brancos, quer pela manutenção do sistema de privilégios para os negros.

A eliminação do sistema de privilégios para os brancos e a criação de um sistema de privilégios para os negros, é a única maneira de se alcançar a verdadeira integração social e econômica dos negros no Brasil.

No Brasil, é a parcela negra da população mais discriminada pelo discurso das políticas sociais e econômicas, pelos sistemas de controle populacional, e desemprego crônico, a fome e a violência policial. Os grupos políticos e grupos de esquerda, e negra a maioria de crianças e jovens morando nos centros urbanos.

Os dados do último censo realizado em 1991, mostram que a população negra brasileira é de 100 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 1,5%. Os dados do último censo realizado em 1991, mostram que a população negra brasileira é de 100 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 1,5%.

Os dados do último censo realizado em 1991, mostram que a população negra brasileira é de 100 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 1,5%.

Nota sobre as prévias de Londrina

Frente aos acontecimentos envolvendo a escolha da candidatura do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura da cidade de Londrina, a Comissão Executiva Nacional declara:

1) O processo de prévias, que consideramos um aprofundamento da democracia interna na medida em que permite a participação de todos os filiados, foi legítimo e apontou em Londrina um vencedor, o Deputado Federal Paulo Bernardo.

2) Qualquer filiado, minimamente informado, se tivesse convicção de problemas que pudessem contestar o resultado das prévias, teve a seu dispor procedimentos e prazos democraticamente estabelecidos para interpor recursos às instâncias partidárias.

3) Decorridos os prazos regimentais, nenhum recurso foi apresentado e o Deputado Nedson Micheletti, de maneira leal e elegante, como é da tradição de nosso partido, reconhe-

ceu o resultado e manifestou seu apoio à candidatura Paulo Bernardo.

4) O Prefeito Luis Eduardo Cheida apresentou, à Comissão Executiva Nacional, vários dias após o decurso do prazo regimental, documento reservado em que apontava o que entendia ser a ocorrência de irregularidades no processo das prévias em Londrina.

5) A Comissão Executiva Nacional não se omitiu. Analisou o documento, conversou longamente com o Prefeito e posteriormente com o Deputado Paulo Bernardo e com vários militantes do PT de Londrina.

6) A Comissão Executiva Nacional concluiu que os problemas ocorridos nas prévias de Londrina não determinam de maneira alguma qualquer nulidade do processo.

7) Baseados nessa convicção, no esclarecimento das questões levantadas, e nos princípios da democracia interna, a Comissão Executi-

va Nacional reafirma seu integral apoio à candidatura Paulo Bernardo, refutando qualquer tipo de afirmação ou insinuação que ponham em questão, seja o resultado das prévias, seja a figura do Deputado Paulo Bernardo.

8) Instamos a todos os filiados e àqueles que acreditam nas propostas do PT, como um projeto coletivo, a apoiar e se engajar na campanha da candidatura do PT à Prefeitura de Londrina. Há o tempo do debate legítimo das divergências e o tempo de construir a unidade e a coesão.

9) Esperamos do Prefeito Luis Eduardo Cheida a continuidade de seu trabalho à frente do governo em Londrina, reconhecido pelo povo de Londrina e por todos nós como de excelente qualidade. Esta é a forma principal de seu apoio à nossa candidatura.

10) Não podemos aceitar, no entanto, que suas declarações continuem a lançar suspeição sobre a pessoa e a trajetória do Deputado Paulo Bernardo. Este companheiro tem destacada atuação no Congresso Nacional, particularmente na área de fiscalização das contas públicas, e por sua trajetória de militante, é merecedor de nossa total confiança e saberá, com competência e dignidade, representar nosso Partido no embate eleitoral em Londrina.

11) Temos convicção pelo que conhecemos da história do atual Prefeito Luis Eduardo Cheida, de que, transcorridos os tempos naturais do rescaldo de um embate, o PT caminhará unido e elegeremos Paulo Bernardo para dar continuidade a uma gestão que a população de Londrina merece.

São Paulo, 16 de maio de 1996
Comissão Executiva Nacional

Resoluções sobre as prévias no município do Rio

A prévia eleitoral realizada no Município do Rio de Janeiro para definir o candidato do partido à Prefeitura da cidade não obteve o quórum regimental de vinte por cento (20%) do número dos filiados do partido, o resultado, aliás, não alcançou sequer a metade desse quórum.

Diante desse fato esta Executiva, reunida no dia 06 de maio de 1996, resolve:

Não reconhecer a prévia do Rio como indicativo de candidatura do PT à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;

Considerar esse processo em aberto, reconhecendo o direito de qualquer filiado postular sua indicação para candidato a Prefeito na Convenção Democrática Municipal, a se realizar nos dias 25 e 26 de maio, desde que observada as normas regimen-

tais; e que a Convenção é o espaço de definição da tática eleitoral que o PT irá adotar na Cidade do Rio de Janeiro;

Advertir os companheiros e, então, pré candidatos à Prefeitura, Chico Alencar e Marcelo Dias, por terem desobedecido o regulamento das Prévias aprovado pelo Diretório Nacional, ao estimularem a abertura das urnas, após constatada a ausên-

cia de quórum na prévia;

Conclamar os petistas da cidade do Rio de Janeiro a atuarem no sentido de garantir que o Encontro Democrático Municipal do PT seja um reflexo do peso do partido no cenário político nacional e se realizar dentro da melhor tradição petista.

Executiva Regional do PT/RJ